

Representação e indexação em acervos museológicos como processos semióticos

Mateus da Silva Reis¹
Carlos Candido de Almeida²
Mariângela Spotti Lopes Fujita³

Resumo: Objetiva pensar a representação de acervos museológicos através das contribuições do modelo semiótico de indexação, instrumento que colabora na compreensão da significação de representações do objeto/signo. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e recorre ao estudo de teorias semióticas de Charles Sanders Peirce e de indexação aplicáveis ao problema da representação de acervos museológicos. Como resultados, notou-se que os passos a serem tomados para a indexação museológica devem focar, por tempo determinado, na segunda inferência de dedução. Concluiu-se que a urgência em pensar a indexação em ambientes museológicos recorre aos fundamentos de Peirce na esfera informacional, delimitando a semiótica como um dos pontos de partida. Dessa forma, é através do elemento semiótico que a indexação pode ser possível, aproveitando as hipóteses do museólogo acerca do assunto para construir representações do item em termos.

Palavras-chave: semiótica; Charles Peirce; indexação; acervos museológicos.

1 INTRODUÇÃO

A Semiótica consiste em um campo de investigações voltadas ao estudo geral dos signos e dos processos significativos na natureza e na cultura, abordando o estudo de ações sígnicas derivadas de referências humanas, animais e/ou artificiais (Moura, 2006). São diversas as correntes de estudo da semiótica, algumas com base linguística e outras fundadas na lógica.

¹ Doutorado em andamento em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PPGCI/UNESP). Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA). Graduação em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mateusreis42@hotmail.com.

² Pós-doutorado pela Universidad de Zaragoza. Doutorado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PPGCI/UNESP). Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCI/UFSC). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Produtividade CNPq/PQ2. E-mail: carlos.c.almeida@unesp.br.

³ Pós-doutorado pela Universidad de Murcia. Doutorado em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP). Mestrado em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP). Graduação em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia de São Carlos (EBDSC). Especialização em Documentação Científica pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). E-mail: mariangela.fujita@unesp.br.



Contudo, neste estudo, destaca-se a linha teórica formulada por Charles Sanders Peirce (1839-1914), que entende o signo como triádico, composto por um *Interpretante*, um *Representamen* e um *Objeto*, como ponto de partida para discutir a relação dos conceitos semióticos com a construção de representações documentais.

A filosofia e a semiótica peirceanas, assim consideradas por diversos teóricos, contribuem à construção de explicações eminentemente teóricas para os fenômenos linguísticos e cognitivos. São vários os fundamentos da semiótica peirceana, “incluindo as formulações do pragmatismo, da lógica, da metafísica, da fenomenologia, entre outros elementos conceituais que se encontram mutuamente conectadas à obra de Peirce” (Almeida, 2015, p. 17).

As contribuições de Peirce podem ser notadas em diversos ramos de investigação científica, como a Filosofia, Matemática, Lógica, Psicologia e Comunicação. Há também possibilidades de contribuição à Ciência da Informação, especialmente no caso da Organização do Conhecimento e da Informação, mais concretamente na intersecção de teorias que abordam o conceito, o assunto e a indexação.

Para Almeida (2011), a filosofia e a semiótica peirceanas sugerem explicações plausíveis aos fenômenos do campo e fornecem teorias para lacunas referentes à preocupação das reflexões epistemológicas, às diferentes correntes de análise temática da informação e à “construção de modelos de mundo, instrumentos e produtos que operacionalizam a organização do conhecimento: tesouros, esquemas de classificação e linguagens documentais” (Almeida, 2011, p. 106).

Entre as aplicações teórico-metodológicas de Peirce, pode-se apontar o modelo semiótico de indexação como chave para compreender, pelo menos na teoria, o processo de construção de representações dos documentos, em que a “interpretação sígnica é condição básica do processo de indexação de assunto” (Almeida, 2011, p. 108).

Ademais, o uso da Lógica, área abordada na filosofia de Peirce, também contribui para entender os modelos de indexação e de leitura documental ao entendê-los como processo de inferência na representação temática da informação. Aqui, entende-se, por inferência a inclinação deliberada do raciocínio para aquisição de novas informações a partir de experiências/conhecimentos prévios (Almeida; Fujita; Reis, 2013, p. 237).

A semiótica de Peirce também abre margem para conexões teóricas com campos como a Museologia. Com o objetivo primário voltado ao estudo da relação entre indivíduo e realidade, a Museologia abrange eixos comunicacionais e documentais, questionando a interpretação de objetos

e contextos. Mesmo com a crescente contribuição teórica, a Museologia ainda necessita de avanços, principalmente aqueles ligados à representação de acervos museológicos para a recuperação da informação realizada pelos usuários em museus.

Nesse sentido, as contribuições semióticas, mesmo limitando-se a uma abordagem teórica, tornam-se convidativas para entender de que modo a indexação pode ser pensada e aplicada à Museologia.

Este trabalho objetiva pensar a representação de acervos museológicos através das contribuições do modelo semiótico de indexação. O estudo justifica-se pelas explicações incipientes do processo de indexação de acervos museológicos, as quais classificam em status inicial a visualização de agentes e fenômenos envolvidos na relação indivíduo x realidade. Desse modo, uma abordagem restritiva do documento museológico e das suas dimensões, pode desfavorecer a estruturação epistemológica desse campo.

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e recorre à revisão de conceitos semióticos e de indexação aplicáveis ao problema da representação de acervos museológicos. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa realizou: a revisão de conceitos semióticos de Peirce que são pertinentes à representação e interpretação de objetos e sua relação com a indexação; o delineamento da relação entre os conceitos semióticos e o processo de indexação, com intuito de compreender a semiótica peirceana como alternativa para compreensão do item museológico; e a discussão do uso e desafios das propriedades semióticas na representação do objeto de museu, visando a possibilidade de aprimoramento da interpretação e leitura do item.

Para o referencial teórico e discussão proposta, realizou-se exploração de conceitos presentes em Peirce (2000), Almeida (2015), Gonçalves (2019), Mai (2005) e Almeida, Fujita e Reis (2013), pautada na demarcação de passagens teóricas voltadas aos tópicos de semiótica, indexação e compreensão do objeto. A escolha justifica-se pela relevância conceitual das obras e pesquisas citadas, no que se refere a potencialização dos eixos que balizam este estudo.

2 SEMIÓTICA PEIRCEANA

Charles Sanders Peirce contribuiu para diferentes ramos de investigação através de um sistema de conceitos. Para tanto, a compreensão da semiótica é dependente de conceitos como o pragmatismo e a fenomenologia, a “teoria dos signos aos demais contributos teóricos para a

explicação semiótica, entre os quais a fenomenologia, as ciências normativas e a metafísica; todas compreendidas em sua divisão das ciências como ramos da filosofia” (Almeida, 2015, p. 43).

Para Peirce, a ciência é entendida de maneira processual, residindo em um contínuo fluxo de investigação. Segundo Peirce (2000, p. 45), “Em seu sentido geral, a lógica é, como acredito ter mostrado, apenas um outro nome para semiótica [...], a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos”. Quase-necessária porque quando se observa as características gerais dos signos, chega-se a afirmações a respeito de como devem ser todos os signos, porém afirmações falíveis e por isso não necessárias ou compulsórias.

A semiótica de Peirce é composta por três ramos: a gramática especulativa, a lógica pura e a retórica especulativa. A primeira dedicada ao estudo da relação entre os signos, a segunda voltada à compreensão dos tipos de inferências (abdução, indução e dedução que serão apresentadas na próxima seção) e a terceira que estuda a semiose e a relação dos signos com os interpretantes.

De acordo com Liszka (1996),

A semiótica, enquanto ramo da filosofia, é uma ciência formal e normativa que se preocupa especificamente com a questão da verdade, na medida em que esta pode ser expressa e conhecida através dos signos, e serve para estabelecer princípios orientadores para qualquer outra ciência que se preocupe com os signos de alguma forma (Liszka, 1996, p. 14, tradução nossa).

A Semiótica seria a ciência capaz de estabelecer princípios gerais a outras ciências e no conjunto das ciências de Peirce, estaria agrupada como um ramo da Filosofia. Como ciência filosófica, recebe as diretrizes gerais dos fenômenos da fenomenologia, a ciência das aparências, de como os fenômenos aparecem em uma mente.

A Semiótica estuda os fenômenos sgnicos e suas ações, ou semiose. Assim como registra Silveira (2007, p. 22),

À Semiótica que Peirce nesse momento se propõe elaborar, preocupam os caracteres comuns de todos os signos, determinando os traços gerais da conduta dos seres inteligentes que são capazes de aprender com a experiência. Seu objeto será, portanto, como deve ser toda *semiose* e esta começará a se esclarecer em suas características na última parte desta unidade.

Sendo assim, a Semiótica estuda a semiose no seu sentido mais geral, registrando os elementos mínimos que determinam os signos, as formas utilizadas pelo signo para que ele seja

capaz de se transformar em outros signos e como uma mente trabalha para atingir a verdade ou representação mais aproximada do objeto do signo.

Conforme Almeida (2015, p. 46), Peirce considerava que a ciência categorizada, sistematizada e estocada estava morta, afirmando que a ciência viva “é ação, é continuação, é processo”. Dessa maneira, a classificação das ciências deve seguir a premissa da revisão constante de métodos, acompanhando a fluidez e avanços teóricos, evitando a categorização do que já está consolidado.

Para Ferraz (2009), a partir da problematização da categorização de conhecimentos estáticos, a ótica peirceana delimita a classificação geral das ciências como: ciência da descoberta, ciências da revisão e ciências práticas. Segundo o autor, essa organização “busca expressar que o significado de cada ciência é gerado na rede de relações constituída com as demais, refutando, assim, uma classificação estática entre investigações” (Ferraz, 2009, p. 187).

Como mencionado, para explicar a semiótica, deve-se recorrer a duas outras abordagens: o pragmatismo e a fenomenologia. O pragmatismo é um método que objetiva garantir a compreensão plena do pensamento, partindo de uma regra para obter determinada clareza, na qual Almeida (2015, p. 74 - 75) exemplifica: “o teste prático aproxima o conceito testado da realidade, a qual oferece efeitos sensíveis ao sujeito, que podem ser concebidos antecipadamente para verificar a eficácia da ideia”. Em complemento, Ferraz (2009) afirma que a ótica do pragmatismo infere que a interpretação não é o estágio final da experiência, mas uma atualização de significados gerados na cognição de seres viventes.

Por sua vez, a fenomenologia é interpretada como alicerce fundamental para compreensão da semiótica e seus elementos constitutivos. Segundo Almeida (2015), a fenomenologia se refere a todo fenômeno apresentado à mente, expandida para além da perspectiva humana. Nela, os fenômenos se apresentam de origem natural ou mental e são delineados como qualquer “objeto da percepção, uma imagem, um acontecimento, uma cognição, enfim, qualquer coisa que seja susceptível de ser conhecida por meio da mente” (Almeida, 2015, p. 53).

Para Gonçalves (2019), a fenomenologia é preparatória, sendo iniciada no momento em que nos debruçamos diante de algo buscando observar, “de fazer do trabalho do olhar um exercício onde a intuição, as conjecturas e as sensações possam ganhar terreno frente à urgência que temos por respostas prontas” (Gonçalves, 2019, p. 2). Ibrí (2001) aponta que fenomenologia peirceana toma como objetos o mundo interior e exterior indiferenciadamente, introduzindo o termo

experiência, no qual Peirce define como o “curso da vida” ou o “inteiro resultado cognitivo de viver” (Ibri, 2001, p. 68).

A partir da compreensão de sua fenomenologia, Peirce categoriza e define os fenômenos em três: a primeiridade, a secundidade e a terceiridade. A primeiridade é a categoria da qualidade de sentimento, na qual o pensador delinea como “que é o que é sem referência a qualquer outra coisa dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda força e de toda razão” (Peirce, 2012 *apud* Garcia, 2017, p. 136). A primeiridade, conforme Almeida (2015, p. 56), é de difícil análise e difícil percepção, passível de apropriação de uma forma, associadas as “ideias relacionadas com acaso, diversidade, qualidade, multiplicidade, possibilidade, incerteza e caos”. A categoria em questão está delimitada como aquilo que é prévio a qualquer comparação, permanente nas infinitas possibilidades em estado de latência, na qual possa vir a ser algo (Garcia, 2017).

A secundidade é categoria da binaridade, “da ação, do fato, da realidade e da experiência no tempo e no espaço” (Peirce, 1983 *apud* Garcia, 2017, p. 138). Para Gonçalves (2019, p. 13), a secundidade “é a categoria da relação, da reação e da causalidade, onde o que constitui sua existência ou presença é algo ao qual ela está relacionada de forma constitutiva (como uma relação de causa e efeito)”. A categoria pressupõe a primeiridade e se encontra no pós-experiência (Garcia, 2017).

A última categoria, denominada como terceiridade, é a mediação entre a primeiridade e a secundidade (Ibri, 2001). Para Garcia (2017, p. 140), a terceiridade é

[...] a categoria da continuidade (sinequismo), do hábito, da lei, da norma, da síntese, do geral e da generalização, da aprendizagem, da comunicação, sendo a categoria dos signos, da significação e da representação e, assim, da semiose e da semiótica, bem como da(s) linguagem(s).

À vista disso, a categoria em questão envolve a perspectiva da representação de mundo, onde no fenômeno predomina a “generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento e inteligência” (Peirce, 1983 *apud* Garcia, 2017, p. 140). Os fenômenos inteligíveis integram a categoria da terceiridade, pois “ocorrem entre os eventos naturais, quando se tem por propósito representar um comportamento anterior” (Almeida, 2015, p. 93). A terceiridade está a passo da significação e interpretação, “relacionada às leis, às induções, às normas e ao estabelecimento de crenças e opiniões” (Gonçalves, 2019, p. 14).

A partir da fenomenologia e suas categorias, a semiótica encontra sua base para a compreensão do signo e das ações sógnicas.

Ao corroborar a ideia de Peirce de que todo pensamento se dá em signos, Moura (2006) compreende que “[...] os gestos, as idéias, as cognições e até o próprio homem são considerados entidades semióticas. Nesse contexto, signo é entendido como alguma coisa que representa algo para alguém” (Moura, 2006, p.6).

A semiótica é visualizada como uma teoria sógnica voltada a todo modo de representação. Para além disso, considera-se como objeto de pesquisa da semiótica a semiose, elemento processual que promove o significado ao signo, através da “ação entre três elementos que envolvem processos de interpretação, representação e comunicação” (Redigolo; Almeida, 2012, p. 2). O signo de Peirce é composto por uma relação triádica genuína, sendo

Um signo, ou *Representamen* é um Primeiro que se põe numa relação triádica genuína tal para com um Segundo, chamado seu *Objeto*, de modo a ser capaz de determinar um Terceiro, chamado seu *Interpretante*, que se coloque em relação ao Objeto na mesma relação triádica em que ele próprio está, com relação a este mesmo Objeto (Peirce, 1933 – 1978, p. 2.274).

Ao observar a relação entre os três elementos formadores do signo, notamos a presença das categorias fenomenológicas, onde o *Representamen*, refere-se àquilo que se percebe em um instante imediato; o *Objeto*, no qual delineia-se como aquilo que se é referido pelo signo; e o *Interpretante*, voltado ao “efeito do signo naquele ou naquilo que o interpreta” (Meira *et al*, 2017, p. 159).

Cada elemento componente do signo contém uma tricotomia. Peirce (2000, p. 52) delimita a primeira tricotomia pelo: **qualissigno**, elaborado como “uma qualidade do signo, não pode realmente atuar como signo até que se corporifique”; **sinsigno**, compreendido como “uma coisa ou evento existente e real, que é um signo”; **legissigno**, entendido como um signo de lei, convencional, formado pela concordância de indivíduos, tornando-se um significante.

A segunda tricotomia, voltada ao elemento constituinte *Objeto*, envolve: o **ícone**, definido como “um signo que renuncia à existência de um objeto, pois pode significar o objeto”; o **índice**, no qual ao contrário do ícone, necessita de uma relação direta com o objeto, mostrando que aconteceu ou vai acontecer e se apresentando à mente através de uma ligação com a existência; o **símbolo**, definido como um “[...] signo que existe através de uma regra, convencional ou não. Refere-se ao

que possa concretizar a ideia ligada à palavra, é um produto cultural criado, a relação é convencionalizada e arbitrária” (Meira, 2017, p. 160).

A terceira tricotomia, referente ao *Interpretante*, é classificada pela: **rema**, definida como um signo de possibilidade qualitativa, representando uma espécie de objeto possível; o **dicente**, configurado como um signo de existência real; e o **argumento**, no qual é um signo de lei para seu interpretante (Peirce, 2000, p. 53).

Romanini (2016, p. 28) considera que na semiótica peirceana o signo não elabora o fator de significação, mas é a significação que incorpora os signos particulares, que “cumpram a função de meios de transmissão da informação, aumentando a razoabilidade [...] na mentalidade que permeia e une todos os que participam do processo de comunicação”. Em outras palavras, signo e significação residem nos processos informacionais, nos quais são detectados por agentes sensíveis à interpretação de objetos/documentos em um determinado contexto.

A representação, em geral, e a representação dos documentos, em particular, deve ser compreendida a partir da noção de signo de Peirce, bem como através dos conceitos de *Representamen*, objeto e interpretante.

3 A INDEXAÇÃO COMO PROCESSO SEMIÓTICO

O objetivo da seção é apresentar o modelo semiótico de indexação e a sua ampliação proporcionada pelas considerações da lógica. A indexação é idealizada a partir das funções de controle, registro e representação das informações de um determinado assunto, com intuito de otimizar as estratégias de busca em bibliotecas especializadas e centros de documentação (Guimarães, 2009). Conforme Gil Leiva (2012, p. 31), a indexação proporciona a construção de palavras-chave, índices e cabeçalhos de assunto, originados de uma sucessão interativa de processos mentais executados por seres racionais para a recepção seletiva da informação, sua codificação simbólica, seu armazenamento e recuperação, equivalem ao conceito de processo cognitivo.

No documento “Princípios de Indexação”, criado pela *World Information System For Science And Technology*, sistema ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a operacionalização do processo de indexação é dividida em dois momentos: o estabelecimento dos conceitos tratados em um documento; e a tradução dos conceitos nos termos de linguagem de Indexação. Especificamente, o primeiro momento, referente ao

estabelecimento de conceitos do documento, é subdividido em três etapas: a) compreensão do conteúdo como um todo, equivalente à observação de dados obrigatórios para a formação do documento. Como exemplo, destaca a estrutura formal de um texto científico, no qual contém título, introdução, seções, subseções, tabelas, gráficos, etc.; b) a identificação dos conceitos que representam este conteúdo, onde o indexador deve seguir uma lógica de seleção de termos ligados ao conteúdo do objeto, priorizando fenômenos, processos e operações; c) seleção de conceitos válidos, determinada pelo objetivo ao qual o documento está sendo indexado, a fim de delinear quais assuntos serão utilizados para recuperar a informação representada. (World Information..., 1981; Sousa; Fujita, 2014).

Para Mai (2005), o processo de indexação procura determinar o assunto do recurso informacional e expressá-lo em instrumentos para a representação, tal como os códigos de classificação, os cabeçalhos de assunto e os descritores. Neste propósito, o indexador busca indexar a partir de estratégias bem estruturadas para uma eficaz análise de assunto.

Baseado no pensamento de Peirce, o modelo semiótico de indexação colabora na compreensão da significação no ambiente informacional e na construção de representações do objeto/signo. Elaborado por Jens-Erik Mai, o modelo compreende que as primeiras percepções de um documento e seu assunto, até a transformação em um cabeçalho de assunto, “é um processo semiótico que leva em conta a transformação de operações mentais, tais como as classes de signos propostas pela Semiótica de Peirce” (Almeida, 2011, p. 108).

Para Almeida (2009), o ideal do modelo semiótico de indexação remonta ao pensamento peirceano sobre a papel do signo em gerar, no processo evolutivo, sucessivas interpretações. Entretanto, a natureza do modelo não só enfatiza a questão da interpretação, mas também “descreve as classes as quais pertencem os signos produzidos no processo integral de indexação” (Almeida, 2009, p. 281 - 282).

Mai aproxima as tricotomias de signos de Peirce às conformações e estratégias mentais de um indexador, onde

[...] o documento, primeira representação em contato com o indexador, é classificado como argumento; o assunto tem a natureza de um símbolo dicente; a descrição do assunto, terceiro elemento e produto do processo de indexação de assunto, se comporta como um legissigno indicial dicente e a entrada de assunto foi classificada como um legissigno indicial remático (Almeida, 2011, p. 108).

Infere-se aqui que a interpretação do processo de indexação como um legissigno indicial dicente refere-se à “lei elaborada pelos homens a partir de um texto em seu contexto, resultando em uma elaboração de um pensamento e na interpretação da informação”. Já o legissigno indicial remático, reconhecido na entrada de assunto, abarca a elaboração que o pensamento produz de objeto relacionado ao texto e contexto, resultando na representação do documento analisado (Almeida, 2010)

O modelo teórico de Mai (2005) contribui para o entendimento das estratégias mentais utilizadas na indexação do documento, procurando identificar os fenômenos decorrentes do processo de construção de representações. Compreender as formas apresentadas à mente do indexador implica compreender de que maneira o contexto sociocultural influencia os construtos mentais e nas estratégias cognitivas do indivíduo.

A discussão de Mai (2005) procura aproximar a chamada gramática especulativa, primeiro ramo da semiótica, com a indexação. Não obstante, a compreensão semiótica do processo de indexação deve voltar-se também à lógica pura, segundo ramo da semiótica.

A lógica pura, ou lógica crítica, é considerada a ciência da verdade das representações, pretendendo “estudar a possibilidade de um signo representar seu objeto verdadeiramente” (Romanini, 2016, p. 19). A lógica pura aborda a relação dos signos com os objetos a fim de compreender de que maneira o conhecimento pode ser criado pelos tipos de inferência.

Nesse sentido, entende-se por inferência um raciocínio que objetiva gerar novas informações a partir de premissas anteriores (Almeida; Fujita; Reis, 2013, p. 237). Para Cunha (1989, p. 53) a inferência refere-se a “operações intelectuais discursivas e ordenadas para a passagem do que é conhecido para o conhecimento do desconhecido”. Nela, a interpretação e conclusão dos signos corresponde à uma chave para integrar a indexação e o indexador ao campo semiótico. Com base na lógica pura, a indexação não é apenas um processo qualquer de interpretação, mas fundamentalmente um processo inferencial (Almeida; Fujita; Reis, 2013).

Como processo inferencial, a indexação leva o indexador a determinadas conclusões. No tocante à construção de representações de documentos, quando um indexador está diante de um registro cujo assunto não lhe é conhecido, este busca formular hipóteses ou inferências hipotéticas para chegar a propostas de representação (Almeida; Fujita; Reis, 2013).

Almeida, Fujita e Reis (2013) indicam que o modelo inferencial de indexação fundamentado na semiótica está composto pela sequência de três etapas: a abdução, quando se

produz um julgamento perceptual a partir de sugestões de explicação ou representação para um fato dado. A abdução é a instância onde se adquire uma ideia nova, é o processo de percepção primária e de premissas irrecusáveis, “são como as premissas iniciais de nosso raciocínio, e o primeiro julgamento de uma pessoa quanto ao que está diante de seus sentidos” (Peirce, 1980, p. 34).

A dedução, considerada como segunda inferência e tratada pelos autores como etapa da indexação, objetiva a extração de consequências através de leis pré-estabelecidas. A dedução permite entender que o indexador pode identificar o assunto do documento não somente pela análise de sua estrutura, mas também pela competência semiótica do sujeito em aplicar uma regra a um caso determinado. Ou seja, se um objeto contém detalhes como uma tela pintada e uma moldura, deduz-se a partir de uma regra, considerando que: todos os materiais dedicados a pinturas e a molduras pertencem ao assunto artes visuais, se o documento analisado contém exemplos de pinturas e molduras, logo, terá como assunto artes visuais. Para Peirce (2000), a dedução considera a análise da coisa com base na adição entre uma premissa e referências anteriormente adquiridas.

A indução, terceira e último tipo de inferência, desempenha um papel central na indexação. Partindo da particularidade em utilizar modelos de conhecimento, a etapa de indução verifica e compara a realidade da estrutura do documento junto a um sistema de informação, testando as hipóteses do indexador por meio do uso de instrumentos de apoio, como as linguagens documentárias e tesouros (Almeida; Fujita; Reis, 2013, p. 238).

Denota-se que a indução no processo de indexação confronta e compara a estrutura formada no processo de identificação e leitura, e associa essa mesma estrutura a vocabulários controlados para melhor representar o documento em um ato de generalização. Em outras palavras, é um processo de contínua comparação e ajustes de termos representados nos documentos confrontando-os com os vocabulários controlados de forma a produzir uma generalização, embora provisória, sobre o assunto.

Em resumo, o modelo semiótico de indexação é tripartite e pode ser explicado como base em etapas e tipos de signos gerados ao longo da interpretação e da semiose. Além disso, tal processo deve ser compreendido como inferencial, isto é, segue padrões de raciocínio similares aos demais processos presentes na investigação científica.

4 REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO EM ACERVOS MUSEOLÓGICOS COMO PROCESSO SEMIÓTICO

O processo de indexação de assunto ainda está voltado a documentos cuja linguagem principal decorre do código verbal. Contudo, para se adaptar ao objeto museal, a indexação precisa deixar de ser apenas um procedimento linguístico de decodificação do código verbal para converter-se em um processo cognitivo centrado na assimilação de um objeto tridimensional. Em outras palavras, para se chegar aos assuntos que representam objetos museais, a indexação deve ser concebida como um procedimento inferencial e não apenas um conjunto de passos para identificação de frases de um texto que levam a significação global de um documento cujo código principal é o verbal.

Representar objetos museológicos em terminologias para a recuperação da informação, torna-se um desafio quando se depara com a pluralidade de significações que um item pode conter. Por muitas vezes, a significação atribuída ao objeto não está consensual e objetivo, porque a percepção e a interpretação do museólogo responsável pela descrição e indexação do assunto incide em todo o processo. Em outras palavras, um artefato, com o significado específico e de teor ritualístico, não é interpretado e representado em sua adequada classe.

Entende-se aqui que o indexador, no contexto museológico, não recorre à estrutura textual do objeto/documento para construir representações, pois a mesma é inviável nesse cenário. O único material para percepção é o objeto cru, em sua total forma, dependente da interpretação e conhecimento do responsável. Dessa maneira, o desafio aqui citado tem como problemática central a premissa de que se, em algum momento, não se consegue gerar conclusões compulsórias sobre um objeto (quanto ao seu conteúdo, ou até mesmo à sua forma).

Na esfera museológica, a ausência de uma compreensão de indexação implica no afastamento e na rejeição das teorias da Organização do Conhecimento e da Informação, dificultando o processo de disseminação da informação. Não pensar o processo de indexação para acervos resulta na minimização de políticas eficazes que possam beneficiar os usuários de espaços museológicos.

A indexação nos processos museais junto às concepções inferencial (lógica pura) e interpretativa (gramática especulativa) pode ser uma alternativa a tentativa de adequação do objeto museal ao texto, produto geralmente visado pelos manuais de indexação.

Em outras palavras, ter-se-ia uma fase de indexação propriamente dita que seria inferencial, como as aplicadas aos demais tipos de documentos, e outra fase mais interpretativa ou

semiósica que relaciona o dado interpretado, o artefato representado e o sujeito que interpreta para produção de uma cadeia de interpretações (semiose) não controladas pelo curador da exposição.

No caso da fase inferencial, a primeira inferência (abdução) apresenta o objeto ao museólogo para entendimento, destacando sua presença na consciência do sujeito em termos experiência colateral e experiência histórica. Esse primeiro momento é delineado pelo recebimento do item para análise, onde sua forma é expressada sob a curiosidade, resultando em hipóteses acerca de seu funcionamento. Aqui, a curiosidade guia o profissional para a interpretação, dando prosseguimento à próxima etapa.

A abdução é constituída pela formação de hipóteses acerca do objeto, seguindo com a extração de detalhes traduzidos em termos. Aqui o item está à guisa da consequência, onde conclusões são tomadas através de hipóteses geradas na primeira percepção e questionamento do museólogo acerca deste. Pode-se indicar que o primeiro detalhe percebido e interpretado é o funcionamento do item, onde perguntas como “funciona como?” e “para que serve?” surgem à mente do indexador durante a análise.

A segunda inferência é o ponto crucial para um processo de indexação de acervos museológicos. O elemento da consequência distingue detalhes de objetos a partir da generalização, ou seja, ao perceber o objeto, o indexador recorre a mais geral das categorias temáticas, a função. Nesse sentido, os elementos semióticos baseiam-se em experiências prévias alojadas na mente, na qual são sequenciadas considerações acerca do item.

Como exemplo, uma caneta é posta à análise, onde as hipóteses emergentes de sua percepção indicam que ela possui a função de escrever, portanto é delimitado que sua temática é de comunicação. A sequência pode ser visualizada da seguinte maneira: caneta (termo geral) = escrever (função) = comunicação (temática do objeto). Nota-se que a generalização surge de deduções primárias acerca do objeto, onde sua estrutura colabora para seleção de conceitos.

A indução ainda é uma lacuna para a indexação no campo da Museologia. Partindo da premissa de que a terceira inferência envolve o teste e a comparação de assuntos em linguagens de indexação, o elemento semiótico torna-se difícil pois os vocabulários controlados ainda são incipientes em alguns eixos do contexto museológico, como museus comunitários que carregam uma memória em construção constante. Entretanto, ferramentas como o Vocabulário de Arte do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o Vocabulário Controlado para Artes do Espetáculo do Museu Lasar Segall, podem contribuir no processo de indexação na realidade museológica, os quais

“permitem revelar as relações documentais existentes nesses campos” (Manrigelli; Silva, 2019, p. 292).

Para Padilha (2014), o *Thesaurus para acervo museológico*, obra elaborada por Ferrez e Bianchini (1987), colabora com as linguagens de indexação em museus ao abordar “uma temática específica, como as relações entre os termos que contribuem para a organização e recuperação da informação dos acervos museológicos” (Padilha, 2014, p. 38). Neste sentido, a autora destaca que o indexador compara os assuntos identificados no artefato em uma vertente não ambígua, pautada na tipologia histórica e de função primária.

Para além, o apoio de outras linguagens de indexação, tanto na esfera da Biblioteconomia quanto na esfera da Arquivologia, pode se associar à estrutura e ao significado do objeto museológico em questão. Os procedimentos e pesquisas em leitura documentária de fotografias se aproximam da compreensão do significado em itens de museu.

Ou seja, a vertente de significado da fotografia, sendo esta identificada pelo contexto, após um confronto junto à linguagem de indexação produzida por um parecer arquivístico, é representada por um termo e conceito que se assemelha ao modelo mental formado pelo indexador. Nota-se que a fotografia, assim como uma considerável quantidade de objetos de museus, pode ser representada por métodos já consolidados no campo informacional.

No ambiente das práticas de catalogação de museus, Coelho Júnior e Lemos (2023) indicam a divergência entre os vocabulários controlados já existentes, além do ruído na interoperabilidade. Entretanto, os autores apontam que a padronização de termos, entre usuários e instituições, através de um ambiente digital de modelagem conceitual, colabora para a potencialização do uso de linguagens documentárias em acervos museológicos.

Uma alternativa para a representação da pluralidade de contextos dos itens é a ferramenta *Getty Vocabularies*, configurada como fontes terminológicas referentes à arte e cultura que se ligam e se referenciam, fornecendo dados para a construção de um panorama informacional visível. Tomoyose, Triques e Simionato (2018) consideram que a ligação entre dados provenientes de vocabulários controlados aprimora e complementa a atividade fim da Organização e Representação da Informação, a manipulação do fluxo informacional em diferentes contextos museológicos. Com isso, a partir da propagação do uso de ferramentas compartilhadas e alimentadas com informações advindas de domínios plurais, a indução poderá ser possível em sua totalidade.

Para mais, instrumentos como o *Brasiliana Museus*, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), reforçam a possibilidade de consolidação do processo semiótico de indexação e a etapa de indução dentro do contexto museológico. Para Siqueira, Martins e Lemos (2022), a partir da complexidade e interdisciplinaridade do serviço, sustentado pela conexão de diversos museus e acervos, a ferramenta pode ser aplicada em diferentes realidades. Neste cenário, infere-se que a indução no processo de indexação implica em confrontar e comparar a estrutura apresentada na identificação e interpretação dos objetos museológicos, associando essa estrutura aos vocabulários controlados pertinentes, a fim de representar de forma mais precisa o conteúdo das obras em uma generalização significativa.

O processo de teste e produção da conclusão sobre o termo apresentado a mente, complementa a qualidade da representação, possibilitando a confirmação de hipóteses anteriores. Com isso, por não possuir linguagens documentárias que possam corroborar a representação de assunto gerada, o museólogo paralisa a análise e não consegue indexar corretamente o objeto.

Denota-se que os passos a serem tomados para a indexação museológica devem focar, por tempo determinado, na segunda inferência de dedução. A generalidade é considerada como o elemento semiótico de maior apoio para o profissional formar representações consistentes. Ainda assim, questionamentos voltados à especificidade do item abrem margem para discussão quanto a quem está formando as representações dos objetos.

Ora, em um ambiente museológico voltado à cultura indígena, quem chegará à primeira hipótese e conclusão acerca do funcionamento e significação do item exposto, um museólogo ou um integrante da comunidade indígena? Entende-se neste momento a necessidade de integrar os verdadeiros atores nos processos museológicos e no tratamento informacional para se chegar a melhores estratégias para representação do assunto e com isso facilitar o processo de transferência da informação.

Já na segunda fase desenvolvida pelo usuário, no momento da fruição do objeto museal, a segunda característica da indexação desse tipo documental entra em cena, isto é, a semiose e a interpretação. Aqui há uma dificuldade de garantir a manutenção das relações de representações seguras entre o objeto e o sujeito, pois a experiência museal, a qual oferece um contato colateral com o objeto com pouca mediação, pode deixar escapar a significação. O intérprete em seu contexto mais específico, promove as reais representações da realidade museológica em que está inserido. Em outras palavras, suas conclusões ou interpretantes gerados pelo intérprete abordam

muito mais que generalidade dos objetos, onde indicam a significação mais pura do item, podendo desta forma indicar as possibilidades para a indexação de seus acervos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia e a semiótica peirceanas têm potencial de colaborar para a expansão de novas conceituações e métodos em diferentes áreas. No bojo da Organização do Conhecimento e da Informação, o modelo semiótico de indexação surge como elemento para compreender de que maneira o processo de representação se apresenta à mente do profissional, recorrendo às ações sígnicas para constituir o panorama informacional de um documento.

Nesta esfera, a Semiótica fornece os conceitos de inferência e semiose como fundamentais para alcançar as conclusões acerca um dado assunto e assim representar um documento. Com base no modelo semiótico comentado, pode-se chegar à indexação a partir da generalização, na qual baseia-se na percepção da estrutura sígnica (e não apenas textual) do item através de conhecimentos prévios alojados na mente e pela experiência colateral do indexador com os objetos museais.

No campo da Museologia, o baixo índice de modelos para a leitura (ou seria melhor interpretação) e representação de objetos acaba por represar a informação nos setores internos. Nesse sentido, a urgência em pensar a indexação em ambientes museológicos recorre aos fundamentos de Peirce na esfera informacional, delimitando a semiótica como um dos pontos de partida.

É através deste elemento semiótico que a indexação pode ser possível, aproveitando as hipóteses do museólogo acerca do assunto para construir representações do item em termos. Sendo assim, o segundo processo de interpretação levado a cabo pelo usuário-visitante, sofreria menos dispersão e garantindo o mínimo de transferência de informação e experiência com os objetos museais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. **Charles Peirce e a Organização da Informação e do Conhecimento**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

ALMEIDA, C. C. Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da semiótica e do pragmatismo. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009.

ALMEIDA, C. C. Sobre o pensamento de Peirce e a Organização da Informação. Rio de Janeiro, 2010

ALMEIDA, C. C. Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação e do conhecimento. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/177139>. Acesso em: 05 set. 2023.

ALMEIDA, C. C.; FUJITA, M. S. L.; REIS, D. M. Peircean semiotics and subject indexing: Contributions of speculative grammar and pure logic. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2013-4-225.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

COELHO JÚNIOR, A.; LEMOS, D. L. da S. Tratamento da informação em acervos culturais: avaliação do uso de vocabulários controlados em coleções museológicas sob gestão do Instituto Brasileiro de Museus. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 131–145, 2023. DOI: 10.26512/rici.v16.n1.2023.47531. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/47531>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CUNHA, I. M. R. F. "o falcão maltês": a lógica em análise documentária. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 1, 1989. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/44760>. Acesso em: 05 set. 2023.

FERRAZ, T. S. Relações semióticas na filosofia peirceana: fenômeno, signo e cognição. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 1, n. 01, 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4299>. Acesso em: 05 set. 2023.

GARCIA, A. L. M. A leitura a partir da fenomenologia e semiótica de CS Peirce. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 35, n. 70, 2017. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/605>. Acesso em: 05 set. 2023.

GIL LEIVA, I. Aspectos conceituais da Indexação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). Política de Indexação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GONÇALVES, F. As categorias peirceanas e as poéticas visuais (uma argumentação doméstica). **PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais**, ISSN 2179-8001 v. 24, n. 41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/97212>, Acesso em: 05 set. 2023.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, Indexação e análise documental. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 3, 2009. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730>. Acesso em: 05 set. 2023.

IBRI, I. A. Ser e aparecer na filosofia de Peirce: o estatuto da fenomenologia. **Cognitio: Revista de Filosofia**, n. 2, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitifilosofia/article/view/13481/9990>. Acesso em: 05 set. 2023.

LISZKA, J. J. **A general introduction to the semeiotic of Charles Sanders Peirce**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

MAI, J. E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing & Management**, v. 41, n. 3, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030645730300116X>. Acesso em: 05 set. 2023.

MARINGELLI, I. C. A. da S.; SILVA, J. F. M. M. da. Desenvolvimento de vocabulários controlados para obras culturais: a Pinacoteca de São Paulo e o Getty Research Institute. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 15, p. 282–293, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1360>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MEIRA, C. G. E. *et al.* Ícone e símbolo: a semiótica Peirceana na língua brasileira de sinais. **Mimesis**, 2017. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v38_n2_2017/mimesis_v38_n2_2017_art_02.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

MOURA, . A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1–17, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p1>. Acesso em: 05 set. 2023..

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. Florianópolis: FCC, 2014.

PEIRCE, C. S. **Collected papers**. v. 1-6 editado por C. Hartshorne & Paul Weiss; v 7-8 editado por A. W. Burks. Cambridge, Mass; Harvard University Press, 1933- 1978.

PEIRCE, C.S. **Semiótica**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PEIRCE, C. S. Escritos coligidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

REDIGOLO, F. M.; ALMEIDA, C. C. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto. **DataGram Zero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7848>. Acesso em: 05 set. 2023.

ROMANINI, Vinicius. A contribuição de Peirce para a Teoria da Comunicação. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/H3YZfQ9rdvxjNWWsmzWZxWH/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Peirce%20não%20apresenta%20nenhuma%20contribuição,insuficiente%20e%20fontes%20não%20qualificadas>. Acesso em: 04 set. 2023.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SIQUEIRA, J.; MARTINS, D. L.; LEMOS, D. L. S. Brasileira museus: serviço de busca e recuperação da informação agregada dos acervos digitais do instituto brasileiro de museus. In: XXII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2022, **Anais...** Porto Alegre, Porto Alegre 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/201748>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. A análise de assunto no processo de Indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92987>. Acesso em: 04 set. 2023.

TOMOYOSE, K.; TRIQUES, M. L.; SIMIONATO, A. C. Vocabulários controlados e Linked Open Data: análise dos vocabulários Getty. **Informação@Profissões**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 77–91, 2018. DOI: 10.5433/2317-4390.2018v7n1p77. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/33354>. Acesso em: 16 fev. 2024.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de Indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, 1981.

Representation and indexing in museum collections as semiotic processes

Abstract: It aims to think about the representation of museum collections through the contributions of the semiotic model of indexing, an instrument that helps to understand the meaning of representations of the object/sign. This is a bibliographical study that uses the semiotic theories of Charles Sanders Peirce and indexing to address the problem of representing museum collections. As a result, it was noted that the steps to be taken for museological indexing should focus, for a fixed period of time, on the second inference of deduction. It was concluded that the urgency of thinking about indexing in museum environments draws on Peirce's foundations in the informational sphere, delimiting semiotics as one of the starting points. In this way, it is through the semiotic element that indexing can be possible, taking advantage of the museologist's hypotheses about the subject to construct representations of the item in terms.

Keywords: semiotics; Charles Peirce; indexing; museum collections.